

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

THAÍS BRIZOTTI

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE RIBEIRÃO PRETO - FEARP/USP

LUCIANO HENRIQUE CAIXETA VIANA

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ATUÁRIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

CLÁUDIA SOUZA PASSADOR

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)

Agradecimento à órgão de fomento:

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio fundamental ao financiamento desta pesquisa. O fomento oferecido pelo CNPq foi essencial para viabilizar o desenvolvimento do estudo, permitindo a realização de análises aprofundadas e a sistematização dos resultados apresentados. Reconhecemos a importância do incentivo às atividades científicas e acadêmicas proporcionado por essa instituição, que contribuiu significativamente para o avanço do conhecimento e o fortalecimento da pesquisa no Brasil.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

RESUMO

Este estudo analisou como as políticas educacionais podem atuar como vetores do desenvolvimento territorial, com foco na promoção da sustentabilidade e na redução das desigualdades regionais. Para isso, foi realizada uma revisão sistemática da literatura, permitindo a identificação de estratégias eficazes e desafios na implementação dessas políticas. Os resultados evidenciam que a articulação entre educação e desenvolvimento territorial fortalece a participação comunitária e aprimora a governança local, contribuindo para a construção de territórios mais dinâmicos e inclusivos. No entanto, obstáculos como a fragmentação das políticas e a ausência de métricas padronizadas para avaliação comprometem sua efetividade. Diante disso, conclui-se que a formulação de políticas educacionais deve ser sensível às especificidades culturais e produtivas de cada território, de modo a maximizar seu impacto e assegurar um desenvolvimento regional sustentável.

Palavras-chave: educação; política pública; desenvolvimento territorial

INTRODUÇÃO

A educação, mais do que um instrumento de qualificação profissional voltado ao mercado de trabalho, desempenha um papel estratégico na construção de territórios mais dinâmicos e inclusivos. Como destaca Zapata (2000), o acesso contínuo ao conhecimento possibilita mudanças comportamentais e o fortalecimento do capital humano, capacitando os indivíduos a atuarem como agentes de transformação social. Esse entendimento reforça a importância das políticas educacionais como impulsionadoras do desenvolvimento territorial, pois contribuem para a formação de cidadãos ativos, para a inovação e para a redução de desigualdades.

O conceito de território, conforme abordado por Santos (2000), vai além do espaço geográfico e abrange aspectos identitários e sociais. Para o autor, o território representa "o chão da população, sua identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence" (Santos, 2000). Dessa forma, as políticas educacionais devem considerar essa perspectiva para fortalecer os laços comunitários e promover um desenvolvimento alinhado às especificidades locais. No entanto, como destacam Heady (1970) e Faoro (1992), o desenvolvimento é frequentemente confundido com modernização, sendo reduzido a indicadores econômicos e negligenciando dimensões sociais essenciais. Nesse sentido, a

educação assume um papel central na promoção de transformações sustentáveis, ampliando oportunidades, fortalecendo a autonomia dos indivíduos e atuando como vetor do desenvolvimento territorial.

Com o objetivo de compreender como as políticas educacionais podem ser estruturadas para potencializar o desenvolvimento dos territórios, esta pesquisa busca responder à seguinte questão: como as políticas educacionais podem atuar como vetores do desenvolvimento territorial, promovendo o aproveitamento das vocações e potencialidades locais? A hipótese que orienta este estudo é que políticas educacionais territorialmente referenciadas, que valorizem os saberes locais e promovam a integração entre conhecimento técnico-científico e saber popular, têm maior potencial de contribuir para um desenvolvimento sustentável e inclusivo dos territórios. Dessa forma, propõe-se a seguinte proposição de pesquisa: que a territorialização das políticas educacionais promove maior efetividade na geração de capacidades locais e na redução de desigualdades regionais.

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar como as políticas educacionais podem ser estruturadas para impulsionar o desenvolvimento territorial, considerando a valorização das vocações locais e a sustentabilidade regional. Como objetivos específicos, propõe-se: (i) investigar os principais conceitos e abordagens teóricas que relacionam políticas educacionais e desenvolvimento territorial; (ii) analisar, por meio de revisão sistemática da literatura, as estratégias educacionais que têm promovido impactos positivos em territórios específicos; (iii) mapear os desafios enfrentados na formulação e implementação de políticas educacionais territorialmente sensíveis; (iv) propor diretrizes para a elaboração de políticas públicas educacionais que estejam alinhadas às necessidades e potencialidades dos territórios.

Para isso, realizou-se uma revisão sistemática da literatura, adotando a abordagem proposta por Kitchenham e Charters (2007), que estabelece diretrizes para a identificação de estratégias eficazes, o mapeamento de evidências e a indicação de lacunas no conhecimento, contribuindo para a formulação de políticas públicas mais eficientes e alinhadas às demandas territoriais.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A concepção dos territórios rurais como estratégia de integração territorial tem sido amplamente discutida na literatura. Dantas e Costa (2014) apontam que tais territórios foram

desenvolvidos levando em conta aspectos sociais, econômicos e políticos, permitindo o reconhecimento das identidades regionais. No entanto, em algumas regiões do Brasil, essas estruturas passaram por adaptações para atender a divisões administrativas preestabelecidas. O fortalecimento desses territórios é essencial para promover a descentralização das decisões e incentivar a autogestão das políticas públicas, facilitando a implementação de estratégias educacionais que atendam às realidades locais.

Haesbaert (1997) amplia essa discussão ao destacar que o território deve ser entendido tanto sob a ótica do controle político e econômico quanto como uma dimensão simbólica e identitária. Segundo ele, o território deve ser compreendido não apenas como um espaço de domínio ou controle politicamente estruturado, mas também como uma apropriação que envolve dimensões simbólicas, identitárias e, dependendo do grupo ou classe social, afetivas (HAESBAERT, 1999). Essa concepção ressalta a importância de políticas educacionais que valorizem o pertencimento e promovam o engajamento social dentro do território.

No contexto da Educação do Campo, Caldart (2002) argumenta que essa modalidade educacional deve ser concebida como um direito das populações rurais, respeitando seu modo de vida e suas necessidades. A autora enfatiza que a Educação do Campo deve ser desenvolvida tanto no campo quanto a partir dele, garantindo que o ensino seja contextualizado e participativo. Posteriormente, Caldart (2008) aprofunda essa análise ao relacionar a Educação do Campo às lutas sociais dos sujeitos do campo, reforçando sua importância para o desenvolvimento territorial sustentável.

Como exemplo, temos a experiência da Pedagogia da Alternância que surge como uma estratégia relevante para a integração entre o saber acadêmico e as experiências práticas das populações rurais. Nosella (2007) enfatiza que essa abordagem educativa permite aos estudantes alternarem períodos de aprendizado formal com atividades em suas comunidades, ampliando sua compreensão sobre as possibilidades socioeconômicas da terra. Passador (2006) ressalta que o processo educativo pela alternância busca demonstrar aos trabalhadores do campo as possibilidades socioeconômicas e tecnológicas da terra, evidenciando tanto sua riqueza quanto suas limitações. Além disso, destaca a relação dialética entre campo e cidade e a necessidade de intervir nesse contexto. Esse modelo contribui para uma educação mais integrada às realidades produtivas e sociais das comunidades rurais.

Em contraposição, o modelo de desenvolvimento baseado na Revolução Verde trouxe desafios significativos para as comunidades rurais, resultando em um empobrecimento

gradativo dessas populações. Em resposta a essa realidade, Caldart (2002) propõe que a integração entre Campo, Política Pública e Educação seja central para garantir que a educação contribua efetivamente para o desenvolvimento local. A implementação de políticas públicas educacionais voltadas para o fortalecimento das comunidades rurais é essencial para promover autonomia e sustentabilidade. A busca por uma educação que integre conhecimentos tradicionais e técnico-científicos visa transformar a estrutura educacional, permitindo que os jovens agricultores desenvolvam um sentimento de pertencimento e responsabilidade sobre seu território. Conhecer e valorizar a realidade local possibilita aos indivíduos maior interesse e motivação para atuar na transformação de seu espaço, fortalecendo não apenas suas trajetórias pessoais e profissionais, mas também as dinâmicas territoriais e as identidades culturais.

Dessa forma, a educação se estabelece como um vetor essencial para o desenvolvimento territorial sustentável, alinhando-se às vocações e potencialidades de cada região. A melhoria prática pretendida com esta pesquisa é subsidiar gestores, educadores e formuladores de políticas públicas com informações sistematizadas que contribuam para o planejamento de estratégias educacionais mais sensíveis ao território, integrando educação, cultura e desenvolvimento em prol da sustentabilidade e da equidade social.

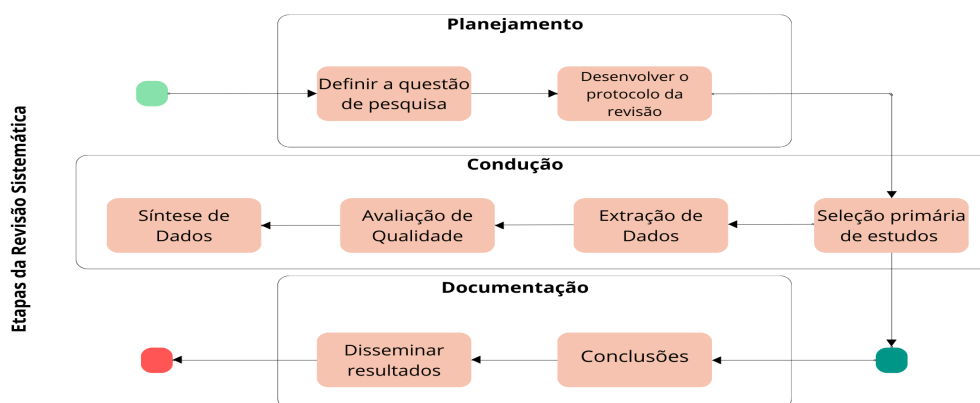
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As revisões sistemáticas da literatura que abordam a relação entre políticas educacionais e desenvolvimento territorial geralmente não a tratam de forma integrada. Entre os estudos identificados, destaca-se a pesquisa de Piekas *et al.* (2021), que analisou o conceito de Capacidade Absortiva (CA) no contexto territorial, evidenciando sua influência sobre inovação, conhecimento e desempenho regional. Embora essa abordagem contribua para a compreensão dos fatores que impulsionam o desenvolvimento dos territórios, o foco principal recai sobre a absorção de conhecimento e suas implicações econômicas, sem explorar em profundidade o papel das políticas educacionais nesse processo.

As políticas educacionais são analisadas como vetores estratégicos para o desenvolvimento territorial, considerando seu potencial para fortalecer a autonomia dos indivíduos e fomentar transformações sustentáveis. Ao contrário dos estudos que enfatizam a aprendizagem organizacional e os fluxos de conhecimento econômico, este trabalho busca evidências sobre a influência das políticas educacionais na coesão social, na inovação

territorial e na redução de desigualdades regionais. Dessa forma, ao mapear as lacunas existentes na literatura e identificar abordagens eficazes, a revisão sistemática realizada contribui para uma compreensão mais ampla da relação entre educação e desenvolvimento territorial.

Figura 1 – Etapas da revisão sistemática adaptadas de Martins e Gorschek (2016) e Kitchenham e Charters (2007).



Fonte: elaborado pelas Autoras (2025)

Embora a relação entre políticas educacionais e desenvolvimento territorial seja um tema relevante, ainda há a necessidade de uma análise mais estruturada que permita compreender suas conexões de forma integrada. Para isso, a revisão sistemática da literatura se apresenta como um método adequado, pois possibilita a identificação de convergências, divergências e lacunas nos estudos já realizados.

Segundo Linde e Willich (2003), a revisão sistemática consiste em uma análise qualitativa dos dados primários disponíveis na literatura sobre um tema específico. Esse método permite identificar pontos de convergência, divergência e lacunas, contribuindo para aprofundamentos em pesquisas futuras. Para garantir objetividade nos resultados e conclusões, a revisão sistemática deve seguir um protocolo rigoroso. No entanto, por se tratar de uma abordagem retrospectiva, sua qualidade depende diretamente da robustez dos materiais analisados, reforçando a importância de uma base de dados bem estruturada. Neste estudo, adotou-se o método empírico por meio de uma revisão sistemática da literatura, seguindo as diretrizes e o modelo de protocolo proposto por Kitchenham e Charters (2007). O processo de RSL é organizado em três fases principais: planejamento, condução e relato dos resultados, garantindo um processo estruturado e replicável.

Esta investigação busca analisar a importância das políticas educacionais como vetores do desenvolvimento territorial, com foco em compreender como essas políticas interagem com as potencialidades e especificidades dos territórios. Pretende-se examinar de que forma a vocação territorial é integrada às estratégias educacionais e avaliar a relevância dessas políticas no fortalecimento das dinâmicas territoriais. Com base nisso, as questões de pesquisa descritas no Quadro 1 orientam a análise.

Quadro 1 - Questões de pesquisa e motivações

Questão de Pesquisa	Descrição e Motivação
Qual a importância das políticas educacionais como vetores do desenvolvimento territorial?	Investigar como a educação pode impulsionar o desenvolvimento territorial, reduzindo desigualdades regionais e fortalecendo capacidades locais
Quais são os desafios descritos no estudo?	Identificar as principais barreiras na formulação e implementação de políticas educacionais voltadas ao desenvolvimento territorial.
Como as políticas educacionais podem ser direcionadas para o aproveitamento das vocações territoriais?	Explorar formas de alinhar a educação às características locais, promovendo qualificação, inovação e identidade regional.
Quais estratégias são mais eficazes para alinhar as políticas educacionais às potencialidades específicas de cada território?	Analisar estratégias e modelos de governança que conectam educação, mercado de trabalho e planejamento territorial.

Fonte: elaborado pelas autoras (2025)

Por sua vez, a estratégia de busca consistiu na realização de uma pesquisa automatizada utilizando uma string de busca aplicada em bases de dados acadêmicas, complementada pela seleção manual de publicações amplamente reconhecidas na área de estudo.

O desenvolvimento do protocolo de revisão seguiu os critérios PICOC (População, Intervenção, Comparação, Resultados, Contexto), conforme proposto por Kitchenham e Charters (2007) e Santos e Pimenta (2007).

Nesse sentido, a população do estudo é composta por publicações revisadas por pares que discutem abordagens relacionadas ao papel da educação no desenvolvimento territorial por meio de políticas públicas. A intervenção se concentra na coleta de evidências empíricas sobre como a integração das vocações territoriais na formulação de políticas educacionais pode impulsionar o desenvolvimento regional. Não há comparação aplicável neste caso. Os resultados incluem a identificação de estratégias eficazes para alinhar políticas educacionais

às potencialidades específicas de cada território, além da compreensão das dinâmicas entre vocação, educação e desenvolvimento territorial. O contexto abrange cenários em que políticas públicas educacionais são implementadas com o objetivo de potencializar o desenvolvimento territorial.

Para a realização da revisão sistemática, foram selecionadas as bases de dados *ISI Web of Science*, Portal de Periódicos da Capes e *Scopus*. A estratégia de busca foi estruturada com o uso de operadores booleanos e a combinação de termos-chave relacionados ao objeto de estudo. Na busca, foram incluídos estudos publicados entre janeiro de 2014 e dezembro de 2024. Esse recorte temporal justifica-se por possibilitar a análise de produções mais recentes e sintonizadas com os debates contemporâneos sobre desenvolvimento territorial e políticas públicas. Além disso, corresponde ao período de vigência do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005 de 2014, que define diretrizes e metas para a educação nacional até 2024, com ênfase na articulação entre educação, território e inclusão social. As *strings* finais utilizadas foram: (1) ("educação") AND ("política pública") AND ("desenvolvimento territorial") e (2) ("educação" OR "*education*") AND ("política pública" OR "*public policy*") AND ("desenvolvimento territorial" OR "*territorial development*").

Os critérios de inclusão adotados para a seleção dos estudos foram os seguintes: apenas artigos revisados por pares e disponibilizados em formato completo foram considerados. Foram incluídos estudos publicados entre janeiro de 2014 e dezembro de 2024 que abordassem diretamente a relação entre políticas educacionais e desenvolvimento territorial. Além disso, foram selecionadas apenas publicações redigidas em português, inglês ou espanhol, com foco exclusivo em pesquisas realizadas no contexto brasileiro.

Em contrapartida, os critérios de exclusão envolveram a eliminação de artigos curtos, com menos de três páginas, bem como a exclusão de duplicatas, mantendo-se apenas uma versão de cada estudo. Também foram desconsiderados os trabalhos publicados antes de 2014 e aqueles que não tratassem especificamente da interação entre políticas educacionais e desenvolvimento territorial.

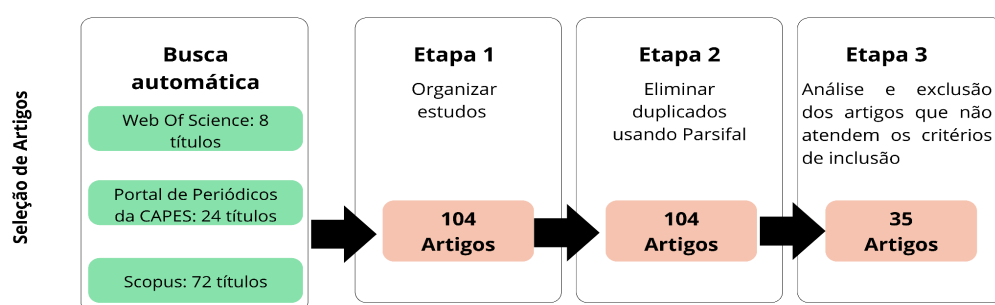
Convém salientar que os estudos foram obtidos a partir de bases de dados eletrônicas por meio da utilização de uma *string* de busca. O *Web of Science* retornou 8 títulos, o portal de periódicos da CAPES trouxe 24, e o *Scopus* gerou 72 resultados. No total, foram selecionados 104 artigos, os quais foram inseridos e organizados com o apoio da ferramenta Parsifal.

Posteriormente, os 104 artigos foram analisados na íntegra. Após essa leitura, 69 artigos foram excluídos com base em quatro critérios de exclusão específicos da etapa. Os 35

estudos restantes foram considerados relevantes para a pesquisa. Caso os dados disponíveis não fossem suficientes para tomar uma decisão, o artigo permanecia no processo de seleção para as etapas subsequentes. Ao final, 35 artigos continuaram no processo de seleção.

Foram excluídos diversos estudos que abordavam, predominantemente, apenas temas relacionados ao desenvolvimento territorial ou às políticas educacionais isoladamente. Dessa forma, foram selecionados apenas os artigos que propunham a integração entre as políticas educacionais e o desenvolvimento territorial.

Figura 2 - Fluxograma para realização da seleção dos artigos

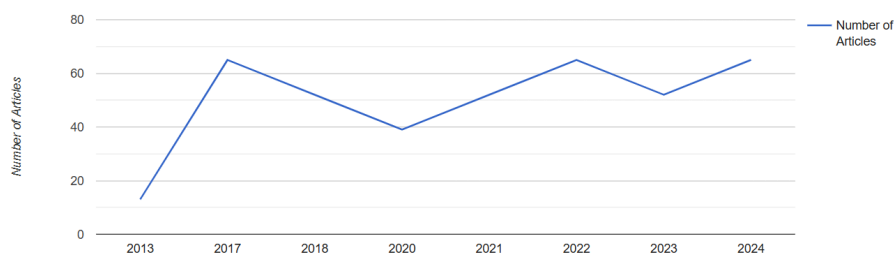


Fonte: elaborado pelas autoras (2025)

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos a partir da revisão sistemática de estudos sobre políticas educacionais revelam a importância dessas políticas como fatores estratégicos para o desenvolvimento territorial, bem como o crescente crescimento nas publicações envolvendo políticas públicas educacionais e desenvolvimento territorial, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Artigos publicados sobre políticas públicas educacionais e desenvolvimento territorial



Fonte: elaborado pelas autoras (2025)

Inicialmente, os artigos selecionados demonstram uma predominância de abordagens metodológicas qualitativas nos estudos selecionados, refletindo a ênfase da literatura na compreensão aprofundada das dinâmicas territoriais e sociais relacionadas às políticas educacionais. Entre os procedimentos mais utilizados, destacam-se os estudos de caso, as análises documentais e as pesquisas bibliográficas, que permitem captar a complexidade das realidades locais e a diversidade de experiências em diferentes regiões do país (Zimmermann; Vendruscolo; Dorneles, 2014; Dall Lima; Cardoso Júnior; Lima, 2017; Colin; Pelicioni, 2018).

A análise dos estudos demonstrou que a educação desempenha um papel fundamental na promoção da sustentabilidade das regiões, ao incentivar a participação ativa das comunidades na criação e implementação de políticas públicas, além de contribuir para o fortalecimento da governança local e para a incorporação das particularidades territoriais nas estratégias educacionais. No entanto, desafios como a fragmentação das políticas, a falta de métricas padronizadas para avaliação e as dificuldades na integração entre os setores de educação, inovação e desenvolvimento econômico ainda precisam ser superados para garantir a efetividade das ações implementadas.

A partir da análise dos estudos, foram identificados cinco eixos centrais que estruturam a relação entre as políticas educacionais e o desenvolvimento territorial. Um desses eixos diz respeito à integração da educação com o desenvolvimento rural, um tema amplamente abordado nos estudos revisados. A educação voltada para o campo deve considerar as particularidades produtivas e culturais dos territórios, de modo a gerar impactos efetivos e duradouros.

Nesse contexto, Dall Lima (2017) destaca a importância da articulação entre as políticas educacionais e a agricultura familiar no sudoeste de Goiás, evidenciando que essa integração contribui para a inclusão social e fortalece a organização produtiva das comunidades, promovendo maior autonomia e participação política. Em uma análise semelhante, Zimmermann, Vendruscolo e Dorneles (2014) demonstram que a Pedagogia da Alternância, ao conciliar períodos de aprendizado formal com atividades práticas nas comunidades, não só amplia as oportunidades de permanência dos jovens no meio rural, mas também fortalece a identidade territorial.

Esse modelo educacional se mostra eficaz tanto na valorização da produção rural quanto no desenvolvimento socioeconômico das regiões, uma vez que integra a formação técnica com as vivências locais. Contudo, Conte (2024) ressalta que a efetividade das políticas públicas voltadas à Educação do Campo depende do reconhecimento das especificidades territoriais e da participação ativa das comunidades na formulação de estratégias educacionais. Fernandes e Tarlau (2017) corroboram essa perspectiva, ao demonstrarem que a educação voltada à reforma agrária tem o potencial de fortalecer a autonomia dos trabalhadores rurais e promover a sustentabilidade social e produtiva.

Outro aspecto essencial identificado nos estudos é a governança descentralizada, que surge como um elemento fundamental para a eficácia das políticas educacionais voltadas ao desenvolvimento territorial. A descentralização permite maior autonomia para os territórios na definição de suas estratégias educacionais, o que facilita a adaptação das políticas às realidades locais. Feitoza *et al.* (2016) destacam que a atuação do Colegiado Territorial e o trabalho do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) no Cariri Oriental Paraibano contribuíram para a formulação de políticas públicas mais eficazes e adequadas às necessidades regionais.

Contudo, Ariosa *et al.* (2022) questionam a efetividade desse modelo, observando que a falta de uniformidade na implementação das políticas e a escassez de recursos podem comprometer os resultados esperados. Macedo (2017) complementa essa análise, apontando que, apesar do grande potencial dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia para reduzir as desigualdades regionais, ainda existem dificuldades na articulação entre as políticas educacionais, o desenvolvimento econômico e o planejamento territorial. Nesse sentido, Schiesari, Marques e Sarriés (2023) reforçam que a gestão territorial deve considerar as particularidades de cada território para garantir impactos positivos e sustentáveis. A governança descentralizada, embora promissora, exige uma articulação mais eficaz entre as esferas governamentais e uma maior participação comunitária para que seus efeitos sejam amplificados e bem distribuídos.

Além disso, a valorização dos saberes locais emerge como um elemento central no fortalecimento da educação e do desenvolvimento territorial. Colin e Pelicioni (2018) ressaltam que processos educativos participativos contribuem significativamente para o engajamento social e para a construção da autonomia comunitária, enquanto Fernandes *et al.* (2021) demonstram que o inventário de práticas agroecológicas no Ceará fortalece o

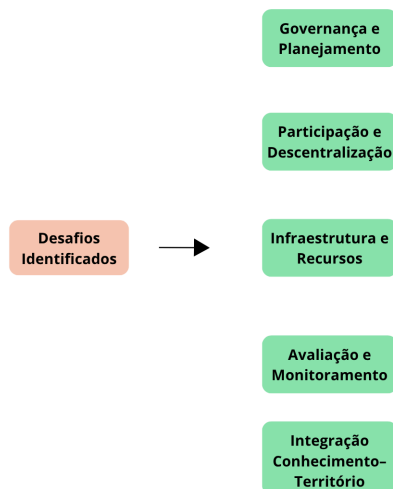
protagonismo camponês e resgata saberes tradicionais, promovendo uma educação mais contextualizada e alinhada às realidades produtivas locais.

Carvalho, Mendes e Amorim (2021), ao analisar a relação entre universidades e comunidades rurais no Vale do Jaguaribe, observam que a aproximação entre ensino superior e desenvolvimento territorial tem sido fundamental para a formação de profissionais capacitados e para a criação de programas educativos que respeitam e valorizam as vocações produtivas regionais. No entanto, os autores alertam que a integração entre o conhecimento acadêmico e as práticas locais, por si só, não é suficiente para garantir um impacto efetivo no desenvolvimento territorial, sendo necessário um alinhamento mais profundo com as demandas econômicas e sociais. A colaboração entre universidades e comunidades, portanto, deve ser cuidadosamente planejada para maximizar os benefícios para as regiões envolvidas.

A interação entre as instituições de ensino superior e as comunidades também tem sido discutida em relação à extensão universitária, que se configura como um instrumento essencial para o fortalecimento da identidade cultural e dos recursos naturais dos territórios. Wociechowski, Caldas e Rodrigues (2018) destacam que a extensão universitária tem um papel significativo no desenvolvimento territorial, pois promove uma maior aproximação entre a academia e as comunidades locais. De Oliveira e Molina (2020) complementam essa análise ao demonstrar que os canais de comunicação entre universidade e sociedade podem potencializar a eficácia das políticas públicas educacionais, ampliando seu alcance e impacto nas comunidades.

No entanto, Pozzer e Neuhold (2024) observam que, apesar da expansão da educação profissional por meio dos Institutos Federais, ainda existem desafios significativos de governança e articulação territorial que comprometem a plena efetividade desses programas. Entre esses desafios, destacam-se a fragmentação entre diferentes níveis de governo, a baixa participação social na definição de prioridades locais e os descompassos entre as políticas nacionais e as demandas dos territórios. Bezerra e De Barros (2023) acrescentam que, embora a educação superior tenha grande potencial para impulsionar o desenvolvimento sustentável, as comunidades rurais enfrentam barreiras estruturais, como a precariedade da infraestrutura local e a limitada apropriação do conhecimento gerado pelas universidades, que dificultam a efetivação de uma governança educacional integrada e sensível às especificidades dos contextos territoriais.

Figura 3 – Desafios na Implementação de Políticas Educacionais Territorializadas.



Fonte: elaborado pelas autoras (2025)

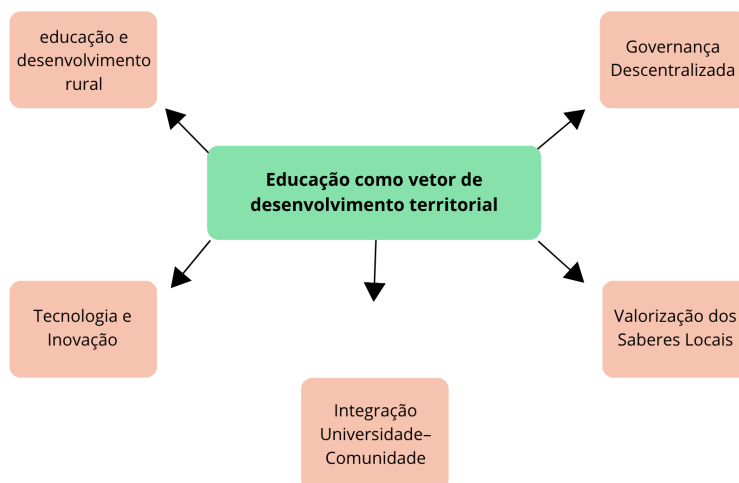
Por fim, a introdução de tecnologias e inovações nas políticas educacionais voltadas ao desenvolvimento territorial é outro ponto relevante identificado nos estudos. Santos e Batalha (2023) apresentam o conceito de Capacidade Tecnológica Territorial (CTT) como um instrumento para integrar a formação acadêmica às demandas regionais, promovendo o fortalecimento das vocações produtivas locais. Schlindwein, Júnior e Moreno (2022) destacam que, apesar dos avanços em termos de renda e segurança alimentar em comunidades rurais tradicionais, ainda existem desafios significativos, como a infraestrutura deficiente e a escassez de acesso à educação de qualidade.

Kuhn *et al.* (2022) complementam essa análise ao enfatizar que a falta de integração entre tecnologia e políticas educacionais pode limitar o desenvolvimento territorial sustentável, evidenciando a necessidade de uma maior articulação entre as diferentes políticas públicas para garantir o progresso de forma coesa e eficaz. Além disso, Bigeli *et al.* (2024) mostram que o cooperativismo rural, quando integrado às práticas educativas, não só fortalece o capital social das comunidades, como também potencializa iniciativas sustentáveis com base no conhecimento técnico e organizacional dos próprios territórios.

Assim, os estudos analisados revelam que a educação é, sem dúvida, um vetor essencial para o desenvolvimento territorial sustentável. A governança descentralizada, a valorização dos saberes locais, a integração entre universidades e comunidades, e o uso de tecnologias inovadoras são elementos fundamentais para fortalecer os territórios e reduzir desigualdades regionais. No entanto, é necessário superar desafios como a fragmentação das políticas, a escassez de recursos e as dificuldades de articulação entre educação e desenvolvimento econômico, a fim de adaptar as políticas educacionais de maneira mais

estruturada, garantindo que a educação se consolide como um motor estratégico para o desenvolvimento territorial sustentável.

Figura 4 – Eixos Estratégicos entre Políticas Educacionais e Desenvolvimento Territorial.



Fonte: elaborado pelas autoras (2025)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo revela que as políticas educacionais desempenham um papel crucial no desenvolvimento territorial, sendo fundamentais para a promoção da inclusão social, a sustentabilidade econômica e a valorização dos saberes locais. Contudo, para que a educação exerça efetivamente essa função, é imprescindível que as políticas educacionais sejam estruturadas de forma a considerar as particularidades de cada território. Isso implica não apenas na elaboração de currículos contextualizados que integrem as especificidades locais, mas também no uso de metodologias tecnológicas inovadoras que possam responder às necessidades regionais de forma eficaz.

Além disso, o fortalecimento de uma governança educacional descentralizada é uma condição essencial para garantir que as políticas se adequem às realidades locais, promovendo a autonomia e a participação ativa das comunidades na gestão educacional. Sem essas condições estruturais, não será possível consolidar um modelo educacional que, além de qualificar a população, seja capaz de impulsionar de forma substancial o desenvolvimento territorial sustentável, criando uma integração efetiva entre educação e as vocações produtivas e culturais de cada região.

Os estudos analisados evidenciam ainda que o êxito dessas políticas depende de múltiplos fatores interligados, como a articulação entre instituições de ensino e setores produtivos, a presença de instrumentos de avaliação territorial e o reconhecimento dos sujeitos locais como protagonistas do processo educativo. Iniciativas como a Pedagogia da Alternância, o inventário de práticas agroecológicas, os arranjos produtivos solidários e as experiências de extensão universitária demonstram que a educação, quando articulada de forma transversal, pode fomentar redes de cooperação, fortalecer identidades culturais e dinamizar economias locais.

A análise também revelou a importância da atuação das universidades públicas e dos Institutos Federais como agentes de transformação regional, sobretudo quando assumem um compromisso político-pedagógico com o território. No entanto, os desafios de governança, a escassez de recursos e a fragmentação das políticas públicas seguem como entraves significativos à efetividade dessas estratégias. Assim, promover uma educação territorialmente referenciada exige não apenas vontade política, mas também uma gestão integrada, indicadores adequados de monitoramento e investimento contínuo em políticas de base, capazes de articular conhecimento, inovação e justiça social nos diferentes contextos regionais do Brasil.

Referências Bibliográficas

- ALCÂNTARA, Luiz Antônio Ferreira de. **O território e a gestão pública: novas perspectivas**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 16, n. 1, p. 31-46, 2020.
- ALTEMBURG, Shirley Grazieli Nascimento; BECKER, Cláudio; SILVA, FN da. **Práticas e estratégias para a adoção de hábitos alimentares saudáveis: a gestão do Programa de Alimentação Escolar no município de São Lourenço do Sul em perspectiva**. Revista Espacios, v. 38, p. 32, 2017.
- ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BEZERRA, Ana Keuly Luz; DE BARROS, Roseli Farias Melo. **Comunidade rural do Nordeste brasileiro: um cenário de reflexão para a formulação de políticas de desenvolvimento local e empreendedorismo sustentável**. 2021.
- BIGELI, Beatriz Cilene Mafra Neves et al. **Territorial development: reflection of rural cooperativism in the southeast of the state of Tocantins**. Revista de Gestão Social e Ambiental, v. 18, n. 3, p. 1-15, 2024.
- BÜTTENBENDER, Pedro Luís et al. **Territorial approach to development: theoretical-methodological references of the productive dimension**. 2024.
- BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?**. 2007. p. 94-94.
- CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de; MENDES, José Ernandi; AMORIM, Jamira Lopes de. **Universidade, desenvolvimento territorial e educação do campo no Vale do**

Jaguaribe. Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, v. 30, n. 61, p. 52-67, 2021.

CARDOSO, Amanda Leão et al. **The potential of family farming to achieve the Sustainable Development Goals in a mining region.** Ambiente & Sociedade, v. 27, p. e00083, 2024.

Castro AA. **Revisão sistemática: análise e apresentação dos resultados.** in: Castro AA. Revisão sistemática com ou sem metanálise. São Paulo: AAC; 2001.

COLIN, Elaine Cristina da Silva; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Territorialidade, desenvolvimento local e promoção da saúde: estudo de caso em uma vila histórica de Santo André, São Paulo.** Saúde e Sociedade, v. 27, p. 1246-1260, 2018.

CONTE, Isaura Isabel. **Approximations and dissonances between countryside education and agriculture.** Educação e Pesquisa, v. 50, 2024.

DIMENSTEIN, Magda et al. **Iniquidades sociais e saúde mental no meio rural.** Psico-usf, v. 22, p. 541-553, 2017.

FAORO, R. **A questão nacional: a modernização.** Estudos Avançados, v. 6, n. 14, p. 7-22, abr. 1992.

FERENI, Rita de Cassia; GALVÃO, Elson Silva. **Sustainable development indicators assessment for the city of Anchieta-ES Brazil at different times of the local economy.** International Journal of Sustainable Development & World Ecology, v. 27, n. 6, p. 524-533, 2020.

FERNANDES, Ivanete Ferreira et al. **Inventário de práticas agroecológicas na metodologia “de Camponês/a Camponês/a” no Ceará: um instrumento para descolonizar o território e (re)valorizar o conhecimento camponês.** Desenvolvimento e meio ambiente, v. 58, p. 551-578, 2021.

FERNANDES, Ricardo Jorge Lopes. **Cidades e regiões do conhecimento: do digital ao inteligente-Estratégias de desenvolvimento territorial: Portugal no contexto europeu.** 2008. Dissertação de Mestrado. FLUC.

FEITOZA, João Vítor Fonseca et al. **Avaliação do Índice de Gestão Social no território do Cariri Oriental Paraibano.** Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, v. 11, n. 5, p. 128-132, 2016.

FLORES, Shana Sabbado; FALCADE, Ivanira. **Sustentabilidade territorial e indicações geográficas: uma proposta de fatores para avaliação de oportunidades e barreiras nas IGs.** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 18, n. 3, 2022.

HEADY, F. **Administração Pública.** Rio de Janeiro: Zahar editores, 1970.

HAESBAERT, R. **Identidades territoriais.** In: RODENDHAL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). Manifestações Culturais no Espaço. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

KITCHENHAM, Barbara; CHARTERS, Stuart. **Guidelines for performing systematic literature reviews in software engineering.** 2007.

LIMA, Divina Aparecida Leonel Lunas; JÚNIOR, Hamilton Matos Cardoso; DE LIMA, Camila Vito Silva. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial Rural: experiências e desafios da política pública no Sudoeste Goiano.** REDES: Revista do Desenvolvimento Regional, v. 22, n. 3, p. 113-144, 2017.

LIMA, Mirelle Tainá Vieira et al. **Índice de Desenvolvimento Regional Sustentável Aplicado aos Municípios da Região Metropolitana do Cariri.** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 17, n. 1, 2021.

LINDE, K.; WILLICH, S. N. **How objective are systematic reviews? Differences between reviews on complementary medicine.** J R Soc Med. 2003;96:17-22.

MACHADO, Nadja Gomes et al. **Sustainable development index of municipalities in Mato Grosso.** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 16, n. 1, 2020.

- MACHADO, Patrícia Maria de Oliveira et al. **Compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): estudo transversal com o universo de municípios brasileiros.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, p. 4153-4164, 2018.
- MARTINELLI, D. P.; JOYAL, A. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas.** Barueri: Manole, 2004. 314 p.
- MARTINS, Luiz Eduardo G.; GORSCHKEK, Tony. **Requirements engineering for safety-critical systems: A systematic literature review.** *Information and software technology*, v. 75, p. 71-89, 2016.
- MARIOSIA, Duarcides Ferreira et al. **Does the social and solidarity economy contribute to the reach and accomplishment of the sustainable development goals? A systematic literature review.** *International Journal of Innovation and Sustainable Development*, v. 16, n. 3-4, p. 538-555, 2022.
- NALLE JR, C. **Desenvolvimento regional e políticas públicas: o caso do Projeto Amanhã da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba. 2006.** 201 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.
- OLIVEIRA E AGUIAR, A. de. **Strategy and strategic actions in the Atlantic Forest Municipal Plans: documental study in six municipalities.** 2019.
- PASSADOR, Claudia Souza. **A educação rural no Brasil: o caso da Escola do Campo no Paraná.** São Paulo: Annablume.
- PIEKAS, Andrezza Aparecida Saraiva et al. **Desenvolvimento territorial sob a lente da capacidade absorptiva: uma revisão sistemática.** *South American Development Society Journal*, v. 7, n. 19, p. 87-87, 2021.
- POZZER, Márcio RO; DOS REIS NEUHOLD, Roberta. **El desarrollo regional como eje estructural de los Institutos Federales de Educación, Ciencia y Tecnología.** *Prometeica*, n. 29, p. 41-82, 2024.
- RODRIGUES-FERREIRA, Ariele et al. **Creative economy and the quintuple helix innovation model: A critical factors study in the context of regional development.** *Creativity Studies*, v. 16, n. 1, p. 158-177, 2023.
- SCHIESARI, Carolina; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi; SARRIÉS, Gabriel Adrián. **Efeitos da gestão territorial no Índice de Desenvolvimento Rural da Agricultura Familiar nos Territórios da Cidadania do estado da Bahia.** *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 62, p. e272742, 2023.
- SCHLINDWEIN, Madalena Maria; JUNIOR, Irineu Luiz Back; MORENO, Mateus Hurbano Bomfim. **Public Policies and Sustainability in Traditional Rural Communities.** *Cuadernos de Desarrollo Rural*, v. 19, 2022.
- SILVEIRA, Marina Porto Coelho; MONTENEGRO, Rosa Livia Gonçalves; PEREIRA, Patrícia Alves Rosado. **Pronaf e desenvolvimento rural: uma análise para Minas Gerais nos anos de 2006 e 2007.** In: *Gestão Social e Educação*, 2010.
- VIEIRA, Renata Ferreira et al. **Educação e desenvolvimento territorial: o papel das políticas públicas.** *Revista Brasileira de Educação*, v. 29, n. 93, p. 739-758, 2024.
- VILAR, Silvia Regla González et al. **Desenvolvimento territorial sustentável e o papel da gestão pública no fortalecimento de redes produtivas.** *Revista de Administração Pública*, v. 53, n. 1, p. 56-72, 2019.